

AS ORIGENS DO PROCESSO DE MARGINALIZAÇÃO DAS MULHERES NA CIÊNCIA: UMA ANÁLISE DAS INFLUÊNCIAS CULTURAIS NAS TEORIAS QUE LEGITIMARAM UMA EDUCAÇÃO DESIGUAL ENTRE OS SEXOS

Vívian Matias dos Santos Albuquerque¹

RESUMO: Este artigo busca analisar as influências da cultura religiosa na marginalização feminina do processo de construção da Ciência, tomando como referência a sua participação no âmbito educacional. A posição de desvantagem em que historicamente a mulher se encontrou no mundo científico, foi legitimada por uma tradição intelectual que teorizou e construiu uma educação desigual para os sexos: o masculino sempre esteve associado ao racional e à capacidade de decisão, enquanto que o feminino foi tido como sinônimo de sensibilidade e submissão. Estas teorias buscaram e encontraram legitimidade em algumas das principais vertentes religiosas do Ocidente.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Ciência; Religião.

1-Ciência: Território Masculino?

O ser humano desde o início dos tempos procura compreender os fenômenos naturais. Na busca de respostas às questões da realidade, diz-se que a humanidade encontra dois caminhos: o Mito, intrinsecamente ligado à Religião; e a Ciência, baseada na Razão. Durante muito tempo Mito e Ciência se confundiram, pois os primeiros filósofos

¹ Mestranda em Políticas Públicas e Sociedade e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Gênero, Família e Geração nas Políticas Sociais da Universidade Estadual do Ceará - UECE.

tomavam os mitos como verdades absolutas, construindo seu saber reafirmando sua cultura. Entretanto, com o passar dos séculos, aparentemente Ciência e Religião passaram a ser percebidas como antagônicas.

A partir da Revolução Científica ocorrida no século XVI, o modelo de racionalidade, que passa a presidir a ciência moderna², travou uma luta cerrada contra todas as formas de autoridade e dogmatismo no mundo da Ciência. Galileu³ foi um exemplo neste sentido, quando adotou como princípio fundamental que tradição e religião não são fontes de conhecimento científico.

Assim, entendendo por Ciência uma construção humana que tem assumido o papel de explicar através da razão os dados empíricos apreendidos na realidade, pode-se considerá-la “como uma linguagem construída pelos homens e pelas mulheres para explicar o nosso mundo natural.” (CHASSOT, 2003, p.12).

Ao se reportar às grandes obras científicas, no entanto, surgem nomes de homens que se destacaram como cientistas e que são reconhecidos como fundamentalmente importantes na construção da ciência. Poucas vezes são atribuídas às mulheres descobertas que marcaram a história da humanidade.

A Ciência é um território hegemonicamente masculino. Isso não se deve ao fato de as mulheres serem menos capazes do que os homens. A marginalização feminina no mundo científico deu-se como consequência de sua “exclusão” da esfera pública. Às mulheres sempre foi reservado o espaço privado, mais especificamente o doméstico.

Segundo Alicia Puleo (2002), as mulheres foram jogadas para a esfera reprodutiva, na qual se situa o cuidado com o lar e com a

² A Ciência Moderna constituiu-se a partir da revolução científica do século XVI, quando o modelo de racionalidade das Ciências Naturais passa a presidir todas as ciências emergentes nos séculos seguintes. Este novo paradigma dominante acusa com veemência a existência de duas formas de conhecimento não científico, e, portanto, irracional: o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos, como, por exemplo, os estudos filosóficos e teológicos. Estas duas formas de conhecimento passam a ser, então, potencialmente perturbadoras e intrusas, ameaçando a verdade científica. (SANTOS, 2005, p.21)

³ Galileu Galilei (1564-1642) foi um físico – astrônomo e matemático italiano. Defendia a teoria heliocêntrica de Copérnico (1473-1543) que afirmava que os planetas, incluindo a Terra, giravam em torno do Sol. Tal teoria foi considerada uma heresia pela Igreja Católica. Galileu foi levado ao Tribunal da Santa Inquisição onde para livrar-se da fogueira precisou renegar suas idéias. (SCHMIDT, 1996, p.75).

reprodução da vida⁴. Já a esfera produtiva – tida culturalmente como espaço masculino – refere-se ao âmbito público. Valendo ressaltar que entre as duas esferas não há simetria de poder, pois somente é valorizado o trabalho remunerado, enquanto o trabalho realizado por uma dona de casa, restrito ao lar, é julgado como inferior por não “produzir valor”:

En el ámbito doméstico se realiza el trabajo reproductivo (reproducción, tareas domésticas y otras propias de esa esfera), en el ámbito público tiene lugar el trabajo asalariado y otras tareas propias del ámbito como política, cultura, etc. Pero no hay simetría de poder y reconocimiento entre ambas esferas. El carácter de asalariado constituye una ventaja muy importante del ámbito público ya que en las sociedades industriales sólo es reconocido como “trabajo” el que es remunerado. El trabajo remunerado proporciona autonomía, permite a una persona tener un margen mayor de autoridad e independencia. (PULEO, 2002, p.30)

A Ciência enquanto produção humana é perpassada pela cultura, tendo como uma de suas principais bases a religião, os mitos. Desta forma, embora o paradigma dominante afirme a ciência como sendo neutra e antagônica à religião, pelo contrário, ao ser considerada em sua construção a participação reconhecida de mulheres, percebe-se que nesta residem os valores misóginos⁵ presentes nas religiões que marcaram a ancestralidade da sociedade ocidental. “Parece que se pode concluir que não é apenas a Ciência que é predominantemente masculina, mas a civilização, há milênios.” (CHASSOT, 2003, p.20).

É relevante em se tratando de Ciência como construto humano, atentar para a importância que possui a cultura no fato de existirem poucas cientistas do sexo feminino, e que dentre estas, poucas se destacaram ou mesmo foram reconhecidas. Sobre a influência cultural na vida em sociedade, Chassot afirma:

(...) quais os nomes de mulheres que poderíamos colocar como similares aos dos sanguinolentos Hitler, Mussolini, Stalin,... ? Não parece ocorrer nenhum. O quanto isso é cultural podemos ver quando meninos recebem armas para brincar e meninas

⁴ Ao referir-se à reprodução da vida, responsabilidade destinada ao sexo feminino, Puleo afirma que esta função inclui a reprodução da espécie em si mesma (maternidade), como também a manutenção material e psicológica do homem adulto.

⁵ Misoginia (misogynia), s. f (Méd.) repuldo mórbida do homem às mulheres. (FERREIRA, A. B. H. Pequeno dicionário brasileiro da Língua Portuguesa, 1978.) Ou seja, um discurso misógeno é aquele que contém a aversão às mulheres, reafirmando sua inferioridade em relação aos homens.

recebem bonecas. (CHASSOT, 2003, p.20)

O pequeno número de mulheres cientistas que tiveram seu trabalho reconhecido no século XX é claramente perceptível quando tomado por base o número de mulheres e homens que receberam o Prêmio Nobel nas áreas das Ciências: somente 11 mulheres receberam o Nobel dentre 480 premiados, sendo destes 3 prêmios em Química, 2 em Física e 6 em Medicina ou Fisiologia.

1.1 As origens misóginas do Conhecimento

Para melhor compreender por que a Ciência é predominantemente masculina, deve-se reportar às origens culturais da civilização atual. Tratando-se da sociedade ocidental chega-se a um denominador comum: a religião, onde somente os homens ocupam um lugar privilegiado, percebendo-se a presença de componentes misóginos.

O ocidente é marcado, de acordo com Chassot (2003, p.42), por uma tríplice ancestralidade: greco-judaico-cristã.

1.1.1- Tradição grega

Na tradição grega é onde se apresenta uma das versões mais míticas da origem das mulheres. Puleo (2002) afirma que existem na Antiguidade dois tipos de figura feminina: a que encarna a “feminidade” positiva por integrar-se à ordem masculina através de sua capacidade reprodutiva (Penélope, a esposa fiel) e a que representa uma “feminidade” negativa, ameaçadora e sedutora (Medusa).

Ao se reportar à tradição grega, Chassot (2003) remete-se a duas vertentes, ambas misóginas: o Mito e a Ciência. Analisando o lado mitológico, resgata o mito de Pandora. Segundo a mitologia esta teria sido uma mulher artificial, criada pelos deuses enfurecidos com os homens, para acabar com a felicidade até então reinante. Ela abriu uma caixa deixando escapar todos os males que pesam sobre a humanidade:

[Deuses e humanos formavam] uma sociedade homogênea em que a felicidade reinava sem reservas. Um dia ocorreu um grave incidente: Prometeu, filho de Titão, tem a idéia de zombar de Zeus, quando da partilha de um boi, destinado a um banquete comum. As disputas sucederam-se. Prometeu rouba o fogo do Olimpo e o presenteia aos humanos. Depois de sucessivas perdas e ganhos,

Zeus resolve dar um mal como contrapartida àqueles que estavam muito felizes com a conquista presenteada por Prometeu: dá-lhes a mulher. Os deuses modelam a criatura artificial, que dará origem ao gênero das mulheres, criaturas que trazem aos homens a avidez do desejo; o fim do contentamento e da auto-suficiência. A primeira mulher se chama Pandora e traz consigo uma caixa fechada, de onde deixará escapar, estupidamente, todos os males que pesam sobre os homens. (CHASSOT, 2003, p.43)

No resgate da Ciência grega, Chassot afirma que há 2.400 anos, surgiram concepções que guiaram a produção de conhecimento durante séculos. Tais concepções legitimaram a submissão do sexo feminino ao masculino. Cita então Aristóteles, em seu livro X da *Metafísica*. Nesta obra, o filósofo teoriza acerca dos Genos afirmando que os dois sexos são compreendidos em um só gênero, onde apenas uma forma – a do pai – é transmitida num geno. A mulher seria apenas o “depósito” onde o homem guardaria sua semente para a geração de um novo ser. Esta, por sua vez, não transmitiria suas características genéticas ao filho, sendo somente o homem o responsável por “dar a forma” ao descendente. Este afirmou ainda na *Metafísica*, que os corpos femininos são inacabados “como o corpo de uma criança, cujo sêmen é estéril e o cérebro é menor que o do homem” (CHASSOT, 2003, p.45).

O filósofo Aristóteles é citado por Puleo (2002) como o construtor de um pensamento que deu alicerces ao discurso misógino, sendo responsável pela formação de uma Filosofia androcêntrica⁶. Cita *Ética a Nicômaco*, onde este afirma que a virtude se baseia na noção de função que o humano realiza em sociedade. Para ele, a função determina que os homens livres façam uso da razão, enquanto que as mulheres cumpram suas responsabilidades reprodutivas e assistenciais. Ainda segundo a autora, no discurso ontológico

⁶ Afirma Puleo (2002, p.116) que o androcentrismo é um efeito do sistema de gênero-sexo (relações sociais estabelecidas entre os sexos) no qual se consolida o homem e o masculino com excelência e a mulher e o feminino como desvio ou carência. O viés androcêntrico afeta todos os âmbitos da cultura.

aristotélico a oposição matéria/forma corresponde aos dualismos mulher/homem, natureza/ razão, onde complementaridade não significa igualdade, pois na existência dos dois sexos a forma (homem) é mais divina que a matéria (mulher).

Acrescenta Puleo (2002, p.64) que Aristóteles através de seu discurso biológico de inferioridade da mulher, justifica o discurso político que nega a esta o *status* de cidadã em sentido pleno. Sendo confinadas no âmbito doméstico, as mulheres não possuíam o direito de participação política na *Polis*.

Ressalta-se ainda que, mesmo o pensamento aristotélico tendo sido hegemônico na Grécia Antiga, existiam também na época discursos não-misóginos: o elaborado pelos Sofistas, especialmente por *Licofrón e Antifonte* (PULEO, 2002). A autora argumenta que ao se pensar na filosofia de Aristóteles, atribuímos a sua misoginia à época em que viveu. Porém estes sofistas provam que é possível pensar a relação entre os sexos de outra forma que não seja de subserviência do feminino ao masculino, e que não necessariamente a construção do conhecimento deve legitimar os preconceitos existentes no senso comum. É importante perceber que o discurso sofista de isonomia foi silenciado, ecoando mais fortemente no sistema científico-filosófico as idéias aristotélicas.

(...) la teorización aristotélica de la inferioridad y la exclusión de las mujeres del ámbito de la 'polis' es, justamente, una respuesta (...) a aquellos sofistas que, radicalizando el ideal de isonomía, en nombre de la igualdad natural habían criticado el sometimiento de mujeres y esclavos. Licofrón y Antifonte son a la prueba de que era posible pensar de otra manera, una manera que quedó silenciada y relegada al olvido. (PULEO, 2002, p.65)

1.1.2- Tradição judaica

Na ancestralidade judaica, a idéia de superioridade do homem em relação à mulher é evidenciada desde o primeiro livro do Antigo Testamento da Bíblia – Gênesis – que trata da origem do universo, incluindo o homem e a mulher.

A figura de Deus é masculina, este cria o homem, Adão, à sua “imagem e semelhança”. O criador afirma que este não pode ficar sozinho no paraíso, e diz: “vou fazer para ele uma auxiliar que lhe seja seme-

lhante.” (Gênesis 2, 18). Javé Deus retira uma costela de Adão e a utiliza como matéria-prima na criação da mulher que se chamará Eva. Os dois, homem e mulher, vivem no paraíso – o Jardim do Éden. O criador fala ao homem que este pode comer os frutos de qualquer árvore do jardim, entretanto ordena: “mas não pode comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, porque (...) com certeza você morrerá.” (Gênesis 2, 17). Em seguida, o demônio aparece no jardim em forma de serpente e incentiva Eva a comer da árvore proibida, argumentando que não morreria, ao contrário, fala: “no dia em que vocês comerem o fruto, os olhos de vocês vão se abrir, e vocês se tornarão como deuses, conhecedores do bem e do mal.” (Gênesis 3,5). Então Eva, numa atitude de desobediência e pretensão de auto-suficiência, come o fruto dando-o para seu companheiro. Até então ambos viviam nus e não sentiam vergonha. Após comerem do fruto proibido, imediatamente seus olhos se abrem, e percebendo sua nudez passam a sentir vergonha um do outro. Deus ao descobrir o fato, castiga Eva dizendo: “vou fazê-la sofrer muito em sua gravidez: entre dores você dará à luz seus filhos; a paixão vai arrastar você para o marido, e ele a dominará.” (Gênesis 3, 16).

Nas escrituras sagradas⁷, o fato de Deus ser masculino já alimenta a cultura de superioridade do homem. Segundo Chassot (2003) o que mais profundamente legitima a discriminação contra a mulher, no entanto, é o fato de Eva ser a responsável por todo o sofrimento humano, representado pela perda do Paraíso.

Os estudos das antigas escrituras sempre foram realizados por homens. Nos valores judaicos tradicionais as mulheres não tinham acesso ao conhecimento, ao hábito da leitura. Por outro lado, este fato muitas vezes fez com que estas tivessem mais contato com a esfera pública:

Assim, o tradicional valor que os judeus atribuem aos estudos foi, durante muitos séculos, na prática, reservado aos homens. Isso conduziu a algumas situações que as mulheres assumissem mais a esfera do público, pois, enquanto os homens participavam durante a semana de orações e estudos na

⁷ Segundo afirma Gaarder (2001, p.104) “o livro sagrado dos judeus é a Bíblia, uma coleção de textos de natureza histórica, literária e religiosa. A Bíblia judaica equivale ao Antigo Testamento, porém é organizada de maneira um pouco diferente. O cânone judaico foi fixado por um concílio em Jabne por volta de 100 d.C. Compreende 24 livros, divididos em três grupos: Lei (Torá) – o Pentateuco, ou os cinco livros de Moisés; os profetas (Neviim) – os livros históricos e proféticos; e os escritos (Ketuvim) – os demais livros”.

sinagoga, as mulheres iam para o mercado. (CHASSOT, 2003, p.51).

1.1.3- Tradição cristã

A tradição cristã possui como preceitos básicos as escrituras judaicas. Também monoteísta, acreditando no mesmo Deus criador do Antigo Testamento. Porém o marco do cristianismo é a vinda do “filho de Deus” ao mundo: Jesus Cristo, o Messias.

O cristianismo só pode ser compreendido a partir do terreno em que se desenvolveu – não é de modo algum um movimento de reação contra o instinto judaico, mas a própria consequência dele, um avanço na sua lógica temível, na fórmula do Redentor: “A salvação vem pelos judeus”. (NIETZSCHE, 2000, p.57)

O principal responsável pela disseminação do Cristianismo no mundo foi o apóstolo Paulo, que lançou as bases da Igreja⁸, sobretudo no Ocidente. Chassot (2003, p.56) afirma que o apóstolo trouxe à nova religião sua postura misógina, explicitando-a claramente ao dizer: “É bom que o homem se abstenha de mulher” (1 Cor 7, 1). Paulo consolida também a não participação da mulher na vida pública, legitimando o domínio do marido sobre a esposa:

Que as mulheres fiquem caladas nas assembléias, como se faz em todas as igrejas dos cristãos, pois não lhes é permitido tomar a palavra. Devem ficar submissas como diz também a Lei. Se desejarem instruir-se sobre algum ponto, pergunte aos maridos em casa; não é conveniente que as mulheres falem nas assembléias. (1 Cor. 14, 34-35).

Existem no cristianismo, segundo Chassot (2003), dois tipos opostos de mulher: Eva, a desobediente e causa de todos os males; e Maria, a mãe de Jesus, obediente, casta, submissa à vontade de Deus. A virgem Maria é antípoda de Eva.

Para Lins (1997) no início era Adão: homem-mulher, auto-suficiente, depois veio Eva como portadora do sofrimento, do erro, da divisão bem/mal. A criação da mulher trouxe ao homem a infelicidade de não mais se bastar a si mesmo, através dela enfraqueceu-se e sujou-se

⁸ A primeira igreja cristã permaneceu única e indivisa até 1054, quando se dividiu em duas: Católica Romana e Ortodoxa. (GAARDER, 2001, p.179)

pelo “tesão” e a prática do “sexo aloprado”. Em contraste, a emergência do “marianismo” -enquanto representação simbólica da mulher que merece ser exaltada- legitimou um forte controle da sexualidade feminina, ao passo que a Igreja Católica em 1854 definiu Maria em seus dogmas como a Imaculada Conceção, virgem por toda a vida.

Através de Eva, o homem conquistou a consciência, descobriu o pensamento, integrou a dualidade do bem e do mal, abandonando para sempre o estatuto de homem-natureza, homem-vegetal. (...) para o brasileiro em geral, o exemplo de mãe não é Eva, porém Maria, traduzida pelo imaginário social como submissa, “virgem”, mulher: aquela que escuta e “que espera”. (LINS, 1997, p.23).

Alguns escritos bíblicos cristãos não são aceitos pelos judeus. Neles também estão presentes elementos misóginos:

Não se detenha na beleza de um ser humano, nem se assente no meio das mulheres, porque da roupa sai a traça, e da mulher a malícia feminina. É melhor a maldade do homem que a bondade da mulher: a mulher cobre de vergonha e chega a expor ao insulto. (Ecl. 42, 12-14).

Dentre todas as igrejas cristãs, a Igreja Católica Romana é a maior de todas. Segundo Gaarder (2001, p.182) a instituição católica possui uma das organizações mundiais mais fortes e mais rigidamente estruturadas, sendo governada por leis estabelecidas com precisão. Sua hierarquia composta por papa, bispos e padres, possui grande autoridade sobre a camada inferior, os leigos. Existem hoje 1,9 bilhão de cristãos mais presentes na Europa e na América. Dentre estes, 1,2 bilhão são católicos.

No século XVI, quando ocorreu a Reforma Protestante, surgiram igrejas cristãs que não mais obedeciam ao Papa. Elas levantaram-se em protesto contra certos aspectos da doutrina e da prática da Igreja Católica. As primeiras igrejas “foram a Anglicana, a Reformada e a Luterana” (GAARDER, 2001, p.179).

Reagindo, a Igreja Católica montou a Contra-Reforma, tendo como instrumentos mais importantes o Tribunal do Santo Ofício (a Santa Inquisição) e o Índice (uma lista de livros proibidos para os católicos). Todavia, a formação de toda essa estrutura não conseguiu eliminar o protestantismo (SCHMIDT, 1996, p.58).

Foi com a Santa Inquisição que a Igreja mostrou mais clara-

mente sua postura misógina. Revela Puleo (2002, p.46) que meio milhão de pessoas foram queimadas na fogueira acusadas de heresia, e que destas 82% eram mulheres acusadas de bruxaria. A autora cita um fragmento do antigo manual destinado aos inquisidores, o *Malleus Malleficarum* escrito pelos frades dominicanos alemães Heinrich Kraemer e Jacob Sprenger no século XV. Esta obra incita o ódio às mulheres, afirmando-as como mais carnais e vulneráveis ao pecado que os homens, e que as práticas de bruxaria provém da paixão carnal, tão presente nas fêmeas.

Toda a inferioridade e malignidade da mulher resgatadas neste manual representam uma condensação do discurso preconceituoso contido na tradição cristã, assim como nos livros sagrados:

Dado que (las mujeres) son débiles en las fuerzas del cuerpo y del alma, no es extraño que pretendan embrujar a aquellos a quienes detestan. Por lo que hace al intelecto o a la comprensión de las cosas espirituales, (...) la razón natural explica que la mujer es más carnal que el varón (...) si no existiese la malicia de las mujeres, (...) el mundo quedaría libre de perjuicios innumerables (...) Concluyamos pues: todas estas cosas de brujería provienen de la pasión carnal que es insaciable en estas mujeres. (*Malleus Malleficarum*, apud PULEO, 2002, p.46)

Puleo (2002) complementa resgatando algumas interpretações feministas acerca da acusação de bruxaria recair sobre o sexo feminino. De acordo com tais interpretações, as chamadas bruxas agiam como curandeiras. Mesmo sendo negado a estas o acesso à Ciência, adquiriam um alto saber empírico, conhecimento passado de geração a geração, produzido pela histórica necessidade de sobrevivência, principalmente nas camadas subalternas. Os homens, possuidores do saber filosófico, sentiram-se afrontados por não conhecerem as práticas destas mulheres. Desta forma o discurso sobre as bruxas foi uma oportuna justificativa para eliminar as curandeiras que competiam com a emergente classe médica masculina. “Aos homens, quando realizavam investigações, se dava o rótulo de sábios ou de cientistas, enquanto às mulheres se interpretava como tendo associação com o demônio e eram tidas como bruxas e muitas terminaram na fogueira” (CHASSOT, 2003, p.66).

Por outro lado é importante ressaltar que neste espaço cristão de discriminação e inferioridade da mulher, surgiram vários movi-

mentos de mulheres, inclusive de caráter feminista. Existe, de acordo com Puleo (2002, p.47), uma corrente de hermenêutica bíblica feminista que busca libertar a religião cristã de seu viés patriarcal, realizando uma diferenciação - por meio da releitura dos textos bíblicos – entre as mensagens realmente divinas e o pensamento sexista dos autores.

Vemos, pues, que los textos sagrados siempre admiten –a veces con dificultad- una interpretación feminista. Para estas teóricas, el problema consiste en separar la palabra divina de la forma histórica y textual que ésta asumiera (siempre dependiente de la sociedad de una época dada), así como de las interpretaciones humanas posteriores. (PULEO, 2002, p.48)

A atuação do feminismo na teologia encontra precedentes históricos já no século XIX, quando Elisabeth Cady Stanton escreveu a Bíblia das mulheres. No entanto, mesmo surgindo a partir de estudos cristãos, a Teologia Feminista encontra no contexto do movimento ecumênico, um espaço de fundamental importância para a sua consolidação.

Conforme Scherzberg, a questão das mulheres sempre esteve em pauta no ecumenismo, desde a fundação do Conselho Mundial de Igrejas em 1948. Neste âmbito, as reivindicações feministas encontraram um terreno bastante fértil no bojo da luta pela concretização dos direitos humanos, levando ao reconhecimento de que, para ser bem-sucedida uma Igreja, faz-se necessária também uma concepção alternativa de teologia. Isso significou “(...) colaborar na revisão das estruturas simbólicas da(s) Igreja(s), e formular e converter na prática uma crítica feminista da ciência [como] interesses e objetivos da teologia feminista.” (SCHERZBERG, 1996, p. 12)

De encontro ao paradigma dominante da ciência moderna, esta vertente feminista considera os estudos teológicos como produtores de conhecimento científico. Deste modo, o empreendimento de estudos nesta área pode ser de fundamental importância na redefinição não somente da religião, mas também das teorias feministas extra-teológicas.

Percebe-se, então, que a compreensão da construção da Ciência através do campo religioso mostra-se permeado por inúmeros paradoxos. Se, por exemplo, a emergência do “marianismo” traduz-se no surgimento da mulher redimida do pecado original, endeusada e

glorificada, por outro, reafirma alguns estereótipos de gênero, tais como a passividade e o silêncio⁹.

Assim como a presença da Virgem Maria nas escrituras sagradas, a atuação das mulheres que conseguiram de alguma forma adentrar no campo científico, ocorreu silenciosamente. Os espaços onde se produzia o conhecimento científico foram consolidando-se historicamente como redutos alicerçados por uma cultura hegemonicamente masculina.

Portanto, esta ocorrência não pode ser compreendida sem levar em consideração as influências de uma prolixa mistura cultural, por meio da qual a civilização atual demarcou como território masculino a Ciência. A mulher tem sido percebida como inferior ao homem. Através desta percepção, as religiões formaram/legitimaram os alicerces misóginos de uma Ciência que excluiu a metade da humanidade.

2 – A marginalização das mulheres na educação

As mulheres sempre foram “naturalmente” situadas na esfera privada, enquanto que os homens assumiram o comando do espaço público. Esta naturalização teve como consequência a marginalização educacional do sexo feminino. De acordo com Maciel (1999) o acoplamento entre Ciência e Religião fez com que as mulheres enfrentassem a contestação sempre que saíam do seu espaço privado. A cultura sacerdotal¹⁰ representou uma barreira poderosa para as mulheres, fazendo com que o acesso ao conhecimento permanecesse restrito aos homens.

Construiu-se culturalmente a ideologia que opõe as mulheres ao conhecimento científico. Acredita-se que “mulheres e homens foram

⁹ A vida de Maria é registrada nos Evangelhos de Lucas e João, parte do Novo Testamento da Bíblia. Ela é retratada como uma presença silenciosa, havendo somente três frases suas registradas: em Lucas 2,48; João 2,1; e em João 19,25. (ROLKA, 2004, p. 26)

¹⁰ Sobre cultura sacerdotal, MACIEL (1999, p.2) informa: “todos os historiadores da Ciência desde Pitágoras à Stephen Hawking, têm documentado a relação de Deus e religião. Para explicar os fenômenos da natureza, os físicos de hoje falam sobre a mente de Deus. Isto não é algo novo, mas a manifestação de uma tradição da idade antiga. A física sempre foi um atividade quase religiosa, embora tenhamos sido ensinados que Ciência e religião são antagônicas. (...) hoje quase se observa que a física também pode ser vista como uma ciência sacerdócia.”

construídos por natureza de propósitos diferentes, cada um tem um papel na sociedade” (MACIEL, 1999, p.2). Assim sendo, durante muito tempo a educação oferecida às mulheres não era equivalente à formação educacional masculina.

2.1- As teorias da exclusão

Remontando-se às heranças gregas, vale citar novamente Aristóteles. Em seu livro *Ética a Nicômaco*, ao teorizar acerca da virtude, associa-a diretamente à função que o indivíduo exerce em sociedade. De acordo com Puleo (2002), para o filósofo a virtude é uma espécie de disposição que a educação atualiza. Através da educação que homens e mulheres tomam consciência de sua função na Polis.

Sabendo-se que as funções masculinas e femininas são distintas – o homem exerce a razão, a mulher cuida da reprodução e dá assistência à espécie humana – no pensamento aristotélico a educação destinada aos dois sexos é diferenciada, visto que deve despertar dois tipos distintos de virtude. Percebe-se então que a educação masculina deveria se basear na razão, dando acesso ao conhecimento científico. Em contrapartida a educação destinada às mulheres servia para ensinar-lhes a cumprir seu papel na vida em sociedade, permanecendo excluídas das Ciências.

Durante séculos até a época do Renascimento (século XVI), “a única filosofia tolerada na Europa era a filosofia oficial da igreja católica, chamada Escolástica.” (SCHMIDT, 1996, p.45). Esta se baseava, sobretudo na adaptação que São Tomás de Aquino, teólogo italiano (1225-1274), fez da obra de Aristóteles. O pensamento tomista também se encontrava na base da educação diferenciada para os dois sexos. Sua reflexão acerca da condição feminina afirma a inferioridade natural da mulher e sua conseqüente submissão ao homem, perpassando todas as esferas do cotidiano, inclusive o âmbito educacional:

Para a boa ordem da família humana, uns terão que ser governados por outros mais sábios que aqueles; daí a mulher, mais fraca quanto ao vigor da alma e da força corporal, estar sujeita por natureza ao homem, em que a razão predomina. O pai tem de ser mais amado que a mãe, merece maior respeito porque sua participação na concepção é ativa e da mãe simplesmente passiva e material. (Tomás de Aquino, apud BELLO, 2001, p.05)

Ao longo dos tempos este pensamento misógino foi hegemônico na educação. Com o advento das democracias modernas, do discurso liberal, quando surgiram os ideais iluministas de liberdade e igualdade na política no século XVIII, as mulheres foram excluídas durante um longo período do exercício dos direitos civis e políticos do cidadão. Afirma Puleo (2002, p.31) que Jean Jacques Rousseau foi um dos grandes pensadores desta exclusão. Haja vista ele ter afirmado que os homens necessitavam de uma mulher no lar para cuidar de tarefas que somente ela poderia assumir. Devido a isso, Rousseau defendeu um modelo de educação diferenciada segundo o sexo.

O pensamento pedagógico rousseauiano está contido em seu tratado educativo *Emilio ou Da Educação*, onde prega a liberdade masculina e a sujeição feminina. Nesta obra, enquanto Rousseau aconselha incentivar nos meninos a livre iniciativa e a espontaneidade, insiste na contínua repressão dos impulsos das meninas para acostamá-las à obediência e às tarefas do âmbito doméstico. No livro V de *Emílio* pode-se ler:

Toda a educação das mulheres deve ser relativa aos homens. Agradar-lhes, ser-lhes útil fazer-se amar e honrar por eles, educá-los quando jovens, cuidar deles quando grandes, aconselhá-los, consola-los, tornar sua vidas agradáveis e doces: eis os deveres das mulheres em todos os tempos, e o que lhes deve ser ensinado desde a infância. (ROUSSEAU, 2004, p.527)

Rousseau se assenta nas tradições cristãs ao legitimar a exclusão educacional das mulheres. Seu pensamento misógino se expressa claramente quando justifica uma educação distinta para homens e mulheres, argumentando: “uma vez que se demonstrou que o homem e a mulher não são e nem devem ser constituídos da mesma maneira, nem quanto ao caráter, nem quanto ao temperamento, segue-se que não devem ter a mesma educação.” (ROUSSEAU, 2004, p.524).

Acredita Rousseau que a mulher e o homem foram feitos um para o outro, e, contudo a sua mútua dependência não é equivalente. O homem depende da mulher através somente do desejo, enquanto que a mulher depende do homem tanto por seus desejos quanto por suas necessidades de forma geral. Afirma: “subsistiríamos melhor sem elas do que elas sem nós” (ROUSSEAU, 2004, p.526).

Ainda em *Emilio*, o pensador justifica com clareza uma educação feminina não só diferente, mas oposta à educação dos homens:

Ao agir bem, o homem só depende de si mesmo e pode enfrentar o julgamento público; mas a mulher, ao agir bem, fez apenas metade de sua tarefa e o que pensam dela não lhe importa menos do que aquilo que ela de fato é. Segue-se daí que o sistema de sua educação deve ser a este respeito contrário ao da nossa; a opinião é o túmulo da virtude entre os homens, e seu trono entre as mulheres. (ROUSSEAU, 2004, p.527)

É na exclusão das mulheres de uma educação baseada na razão que Rousseau assenta as bases da soberania masculina, que se reflete em todas as esferas da sociedade. A fronteira da razão em Rousseau passou a ser determinante e determinada pela divisão sexual de papéis sociais. Para este, “lugar de mulher” não é no mundo científico, e sim em casa, submissa ao marido. Enquanto que o homem deve ser o herdeiro legítimo dos legados científicos. Em Rousseau “a mulher de cultura [com educação] é uma praga para o marido, para os filhos, para a família, para os criados, enfim, para todos” (CHASSOT, 2003, p. 53).

O século XIX é marcado pelo triunfo do liberalismo europeu, ao qual Rousseau deu bases teóricas. Este sistema político-filosófico tem como fundamento o indivíduo, o qual tinha garantido seus direitos civis e políticos de cidadão. Segundo Scott (2002, p.29) a palavra “indivíduo” tem um sentido ambíguo: por um lado o indivíduo é o protótipo abstrato de ser humano, por outro é um ser único, diferente de todos os outros. No seio do pensamento liberal a noção de indivíduo abstrato foi utilizada como um discurso de igualdade, no qual não existia uma preocupação com as diferenças, sejam elas de sexo, cultura, etnia ou classe social. A noção de individualidade é então, equivalente à noção de masculinidade:

Os homens eram por natureza seres morais completos (e, portanto, melhores representantes do ser humano); as mulheres não eram bem assim.(...) [o conceito de indivíduo abstrato é] articulado como a base fundamental de um sistema de inclusão universal (...) podia também ser usado como um padrão de exclusão ao definir como não indivíduos, ou menos do que indivíduos, aqueles que se diferenciavam da figura prototípica do ser humano. (SCOTT, 2002, p.32).

Ao atribuir a individualidade ao masculino as mulheres não possuíam o status de “individa”. Como consequência, se não se enquadravam no protótipo do indivíduo, também não eram consideradas cidadãs. Somente possuíam direitos de participação política e civil os homens. A mulher continuava reclusa no âmbito doméstico. Assim sen-

do, compreende-se que o modelo educacional liberal seguia o discurso pedagógico rousseauiano.

Marcou também o século XIX a emergência do Positivismo. *Sistematizado por Auguste Comte (1789-1857), criticou severamente as idéias liberais*¹¹. *Afirma Ribeiro Júnior (1982, p.30) que Comte no desenvolvimento de seu pensamento estuda a humanidade como o Grande Ser, “o motor imediato de cada existência individual ou coletiva”, que inspira a máxima positivista “o Amor por princípios, e a Ordem por base; o Progresso por fim”:*

A fim de melhor guiar a vida real, esta fórmula universal do positivismo se decompõe em duas divisas usuais – uma moral: “Viver para outrem”, ou seja, subordinar o indivíduo à família, esta à pátria e a pátria à humanidade; e outra estética “Ordem e Progresso”, isto é, arranjo, organização, cada coisa em seu devido lugar para a perfeita orientação ética da vida social. (RIBEIRO JÚNIOR, 1982, p.31).

A sociedade positivista é também permeada pela relação desigual entre os sexos, onde as mulheres possuem papéis sociais inferiores a serem assumidos sob a pena do caos social:

Para o positivismo a humanidade [divinizada] é formada só de homens. Quanto à mulher, Comte julgou-a condenada à inferioridade pelas leis irrevogáveis da natureza. (...) Contudo, embora as mulheres sejam excluídas da humanidade divinizada, não são excluídas da sociedade positivista. Elas não participam da sua atividade, porém cada uma é a inspiradora de cada um dos membros. As mulheres, segundo Comte, são o sustentáculo das Providências Sociais, pois seu concurso é indispensável para o advento do positivismo. Elas têm uma “função moderadora” e uma única missão: a de amar. (RIBEIRO JÚNIOR, 1982, p.33-34).

Percebe-se mais uma vez a atribuição do espaço público ao homem e do doméstico à mulher. No ideário positivista se encaixa com precisão a máxima “por trás de um grande homem existe sempre uma grande mulher”. A ordem social necessita de uma fiel esposa e boa mãe, que seja dócil e amável. A participação feminina é recolhida à insignificância política de coadjuvante. Explicita-se então que uma edu-

¹¹ No positivismo “o ser humano não existe como individualidade, [assim como também] não há lugar para a liberdade de consciência. E a própria soberania popular é um termo vazio de sentido (...) onde a ditadura se exercita num despotismo espiritual e temporal, pois adota o princípio da força como fundamento do governo” (RIBEIRO JÚNIOR, 1982, p.26).

cação pautada em valores positivistas reproduz um ideal antidemocrático, e como consequência, a histórica desigualdade entre os dois sexos.

Assim, a imagem que se forma da personalidade feminina é distorcida, criando uma expectativa sobre o papel da mulher, que deve estar de acordo com sua natureza biológica. Sendo a razão atribuída à natureza masculina, ao longo dos séculos surgem correntes intelectuais que teorizam e sistematizam uma estrutura educacional desigual.

2.2- A prática excludente

Baseando-se nas teorias que guiaram a efetivação de uma educação diferenciada segundo os sexos, a razão sendo associada ao masculino e o irracional ao feminino, construiu-se dentro deste âmbito uma profunda segregação dos espaços pensados para homens e para mulheres.

As primeiras universidades ocidentais surgiram por volta do século XII: Bolonha em 1190; Paris, 1200; Oxford em 1210; e Salamanca em 1218. De acordo com Maciel (1999) estas instituições educacionais eram organizadas pelo sistema escolar catedral, onde os sucessores eram treinados em centros de recrutamento especificamente masculinos. As mulheres não tinham acesso às aulas, não podiam ir à universidade, pois eram efetivamente impedidas de participar dos estudos filosóficos e da matemática na Idade Média. De fato poucas mulheres participaram da academia até o século XIX, sendo que em muitos departamentos universitários não era permitida a entrada feminina até o século XX.

Existia além da proibição explícita, uma estratégia para que a mulher não adentrasse no meio acadêmico:

As universidades estavam criando um espaço para o clero e havia uma exigência de que também fossem celibatários os acadêmicos. O celibato acadêmico teve uma história longa. A intenção (...) era fazer com que as esposas e filhas dos acadêmicos não tivessem acesso ao conhecimento científico. (MACIEL, 1999, p.2)

A criação das universidades não acarretou nenhuma vantagem para as mulheres no que se refere à sua participação na construção da Ciência. Antes, as “grandes descobertas” científicas geralmente se davam num espaço em que a cisão das esferas pública e privada não

era tão enfática emancipação

a. Muitos laboratórios eram localizados no interior dos lares dos cientistas, assim, muitas mulheres – filhas, esposas, irmãs – começaram a manipular o saber científico e a fazer ciência. As mulheres das classes mais abastadas, por sua vez, ao financiarem os estudos de cientistas, matemáticos, filósofos, em troca poderiam ter o acesso à educação científica através destes homens. Nesta organização menos rígida, elas tinham maiores possibilidades de adentrarem nos círculos científicos.

“As universidades não foram boas instituições para as mulheres” (SCHIENBINGER, 2001, p.61). Ao serem fundadas, a vida científica passa a se vincular com maior rigor ao espaço acadêmico dos laboratórios, onde a participação feminina foi expressamente proibida.

Ao longo de muitos séculos sendo negado o acesso feminino ao “locus formal” da Ciência, as mulheres somente ganharam acesso ao conhecimento científico por canais informais. “Mesmo assim as oportunidades só estavam disponíveis a mulheres nobres que efetivamente trocaram o grau social pela busca do conhecimento científico” (MACIEL, 1999, p.3). Percebe-se então a desigualdade entre classes sociais, assim como também nas relações transversais estabelecidas entre homens e mulheres.

3- O lado brasileiro da marginalização educacional feminina

No Brasil a história da educação teve também a influência decisiva da Igreja Católica, e como conseqüência a vigência de um sistema educacional marcado por componentes misóginos.

Antes mesmo da chegada dos europeus em território brasileiro, as populações que aqui viviam já possuíam características próprias de fazer educação. Baseando-se na vivência, passavam seus conhecimentos de geração para geração de forma distinta da tradição dos colonizadores, não havendo as marcas repressivas do modelo educacional do “homem branco”¹². Segundo Ribeiro (2000, p.18) devido à forma e organização em que viviam as populações indígenas, a educação não

¹² Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br>>. Acesso em: 07 abr. 2004.

era escolarizada. A participação direta das crianças “nas várias atividades tribais era quase que suficiente para a formação necessária quando atingisse a idade adulta”.

Mesmo a educação indígena realizando-se de forma mais livre, foi marcada pela submissão feminina e pautada numa divisão de papéis sociais bem definida. Revela Chassot (2003, p.70) que a maior parte dos índios era governada por caciques homens, e que as mulheres não possuíam destaque nas decisões cotidianas de várias tribos.

Com a colonização, os jesuítas instalaram no território brasileiro além da moral e dos costumes europeus, métodos pedagógicos baseados no catolicismo. Neste período o modelo pedagógico tinha como principal missão em relação aos índios a catequese, tornando-os mais dóceis e mais facilmente aproveitáveis como mão-de-obra.

De acordo com Ribeiro (2000, p.24) esta educação era direcionada a três segmentos: aos índios, negros e mestiços, realizando-se uma espécie de educação profissional através do trabalho manual; à elite (masculina), sendo preparada para o trabalho intelectual segundo o modelo católico; e às mulheres, que se restringia ao ensino de boas maneiras e prendas do lar.

O método educacional jesuítico permaneceu absoluto de 1549 a 1759, quando a Companhia de Jesus foi expulsa pelo Marquês de Pombal.

A época pombalina foi marcada por um verdadeiro caos educacional, pois se por um lado tinha-se rompido com a organização jesuítica, por outro, não havia ainda sido implantado um sistema educacional. Contudo, surge uma ruptura no cenário com a vinda da Família Real. A partir desta nova realidade fez-se necessário um conjunto de medidas no campo intelectual geral, como: a criação da Imprensa Régia (1808); da Biblioteca Pública (1810); do Jardim Botânico no Rio de Janeiro (1810); do Museu Nacional (1818) (RIBEIRO, 2000, p.40). Abriram-se também nesta época Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina. Neste ínterim as mulheres não faziam parte da elite intelectual que usufruía destas novidades.

É importante ressaltar que mesmo passadas longas décadas desde a expulsão dos jesuítas, a educação brasileira continuou sendo pautada nos valores católicos. Segundo afirma Kulesza (2004) a Primeira República foi marcada pelo surgimento de inúmeros colégios católi-

cos. Desta forma a igreja no Brasil consolidou sua hegemonia como agência formadora das elites dirigentes através da criação destas instituições escolares. “Foi através do saber letrado que a Igreja Católica no Brasil redefiniu seu papel na sociedade republicana, recuperando e ampliando o poder que detinha desde os tempos coloniais.”

No que se reporta à nascente república brasileira, afirma Albuquerque Júnior que esta representou uma feminização da sociedade antes assentada na tradicional família patriarcal¹³. “O Império era homem, a República era mulher” (2003, p.86). A República representaria, para os intelectuais defensores da ordem patriarcal então vigente, um ameaçador nivelamento social. A possibilidade de igualdade de direitos entre os ex-escravos e homens brancos, entre homens e mulheres, poderia significar o fim da instituição nuclear na ordem social: a família.

As idéias liberais e o ideário democratizante norte-americano acabaram por influenciar o novo regime político nacional. Segundo os intelectuais conservadores da época, como Gilberto Freyre em sua obra *Ordem e Progresso*, a República estava sendo “prostituída” na medida em que se deixava deslumbrar por modelos estrangeiros de civilização, o que impediria que se desenvolvesse no país uma estrutura de governo condizente com as tradições patriarcais e católicas. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003, p.90).

O melhor para as tradições patriarcais, seria então que a República não se desvirtuasse de sua inspiração positivista, onde:

A mulher tinha um papel decisivo na preservação daquela instituição, por isso, era fundamental não só respeitar a distribuição e hierarquia tradicional de papéis no âmbito da família, como era necessário que se preparasse para exercer o papel de mãe e educadora dentro de um mundo em transformação. (ALBUQUER-

¹³ “Gilberto Freyre foi o inventor do conceito de família patriarcal, para descrever as relações familiares no Brasil, desde o período colonial até o final do século XIX, quando esta estaria entrando em declínio, para ser substituída, paulatinamente, pela família nuclear burguesa” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003, p.135). A definição de família brasileira como patriarcal tem sofrido inúmeras críticas. Dentre elas está a de que este não teria sido o único tipo de família existente durante o período que vai do século XVI ao XIX, visto que já existiam famílias nucleares desde o século XVIII. Outra crítica afirma que o conceito de família patriarcal enfatiza demais a submissão feminina, que talvez somente fosse característica para as mulheres das elites agrárias. Albuquerque Júnior compreende que o patriarcalismo em Freyre, muito mais que um conceito, foi uma metáfora que nos permite uma melhor compreensão histórica das relações entre homens e mulheres em que o sociólogo estava mergulhado.

QUE JÚNIOR, 2003, p38)

No seio das mudanças ocorridas na época, aconteceu a ascensão do “casamento romântico”¹⁴. Agora a escolha do marido era feita pela moça. Neste momento a educação destinada às mulheres deveria se ocupar também de instruí-las para que fizessem uma boa escolha, e que soubessem cultivar o matrimônio cumprindo seus papéis de mãe, e esposa leal.

O matrimônio ocupava um lugar de extrema relevância nos costumes da época. Infeliz seria a mulher que não conseguisse casar. Existiam até mesmo “receitas” que determinavam o perfil que uma moça “para casar” deveria assimilar:

1) ser honrada, 2) irradiar simpatia, 3) interessar-se pelos assuntos do marido, 4) não enganar, 5) evitar disputas com o esposo, 6) ser franca, 7) não esconder seu passado do marido, 8) ser disposta para se divertir com o marido, 9) cultivar a benevolência e 10) ser cordata.¹⁵ (Decálogo da melindrosa, apud ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003, p.48).

Com a crescente industrialização e urbanização do território nacional, surge uma preocupação de adaptar a educação vigente no país para que melhor respondesse aos anseios da modernização. No que se refere à educação masculina, as Faculdades de Direito e Medicina já não atendiam às necessidades da nova sociedade. Neste momento os rapazes das classes dominantes começam a ir estudar nos Estados Unidos e a procurar outros cursos como engenharia, zootecnia, odontologia e agronomia.

Surge então a necessidade de educar os homens para o trabalho. Segundo Albuquerque Júnior (2003), este é o indício de que esta atividade passa a ocupar centralidade na definição do status social dos indivíduos. O que seria antes uma característica exclusiva das classes subalternas, agora passa a ser definidora para o homem das elites.

¹⁴ Na sociedade assentada nas tradições patriarcais o casamento era feito por conveniência da família. A escolha do marido não era feita pela moça, e sim pelo pai, que geralmente escolhia um esposo do mesmo clã familiar, para que as propriedades da família continuassem dela, ou, em alguns casos, era escolhido um marido de outra família através de acordos econômicos. “A valorização crescente do matrimônio romântico seria visto como mais um indício de que a sociedade estava se feminizando e se horizontalizando.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003, p.68)

¹⁵ N/a – Decálogo da melindrosa, Recife, Diário de Pernambuco, 07/11/1926, p. 7, c. 3, apud por ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003, p.48.

Na educação das mulheres destacam-se nesta época as Escolas Domésticas. O ensino destinado às moças também deveria tornar-se mais prático, porém esta praticidade restringia-se às atividades histórica e culturalmente definidas como femininas:

Era preciso educar as moças para serem boas donas de casa, saberem bem administrar a economia doméstica, terem preparo para exercer a tarefa fundamental para a sociedade que seria a preparação dos futuros cidadãos. (...) As mulheres deveriam saber fazer mais do que orações à Virgem Maria e ao santo casamenteiro Santo Antônio ou quitutes para os maridos. (...) A mulher devia ter uma boa educação para o seu trabalho, que era o doméstico. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003, p.128-129)

Devido à educação brasileira continuar pautada nos mesmos valores religiosos, mesmo com a Proclamação da República não houve uma ruptura no que se refere às mulheres. Estas continuam a receber uma educação diferenciada, voltada, sobretudo para o âmbito doméstico.

A primeira universidade brasileira, a de São Paulo (USP), surge tardiamente em 1934. Enquanto que nas colônias espanholas já existiam, neste período, muitas destas instituições: em 1538 já existia a Universidade de São Domingos; e em 1551 foram fundadas as universidades do México e de Lima.

A entrada das mulheres na universidade deu-se de forma gradual. Embora estas tendo acesso ao mundo acadêmico, foram “culturalmente” excluídas da área tecnológica. Mesmo hoje, elas se encontram reclusas em nichos femininos, melhor dizendo, há uma divisão sexual¹⁶ dos espaços pautada numa hierarquia, tanto na universidade (campo das formações), quanto no mercado de trabalho – âmbitos estes diretamente vinculados. Catherine Marry (2003, p.89), a partir de uma pesquisa comparativa realizada entre França e Alemanha, afirma que nos dois países, assim como em toda a parte, as clivagens sexuadas nos estu-

¹⁶ Helena Hirata acerca da divisão sócio-técnica do trabalho, afirma que coexiste ainda um outro tipo de segregação, a sexual, que em termos de relação social baseia-se na idéia de uma relação antagonista entre homens e mulheres: “A divisão sexual do trabalho é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a dimensão opressão/dominação está fortemente contida. (...) é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuadas de poder. (...) É assim, indissociável das relações sociais entre homens e mulheres, que são relações de exploração e opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas.” (HIRATA, 2002, p.280).

dos e nos empregos perduram: letras, ciências humanas e especialidades do terciário ainda são privilégios das mulheres, já as ciências exatas e as técnicas industriais, dos homens. Segundo a autora, essas desigualdades remetem-se: “a mecanismos de interiorização/imposição da dominação masculina ou à antecipação refletida e ponderada de seu destino mais provável, o de esposa e mãe, que deve conciliar vida profissional e vida familiar”.

Afirma Marry que a formação profissional das mulheres obtida através de cursos superiores, originalmente se construiu sob a ótica da preparação para as funções de mãe/esposa (costura, afazeres domésticos, assistência aos doentes e às crianças), e sua profissionalização (aperfeiçoamento dos conhecimentos gerais e técnicos). Este fato teve como consequência o problema de reconhecimento social e salarial.

Desta forma, as profissões feminizadas, como por exemplo, Serviço Social, Pedagogia, Enfermagem, dentre outras, inicialmente representaram um aperfeiçoamento técnico das tarefas historicamente destinadas à mulher. E mesmo estas formações tendo extrapolado a esfera privada, e se consolidado na esfera pública como profissões reconhecidas no mundo do trabalho, e também como redutos de produção de conhecimento, ainda existem mecanismos de discriminação. As profissionais destas áreas não possuem igual status se comparadas aos que se encontram nas profissões masculinizadas, sendo assim desvalorizadas socialmente. É este julgamento social a causa da desvantagem salarial destas trabalhadoras.

De acordo com Hirata (2002, p. 198) existe ainda no seio desta divisão social e sexual do trabalho, uma apropriação da esfera tecnológica e da razão pelo poder masculino. Deste modo, a participação de homens se dá de forma predominante em cursos como Física, Computação, Matemática, dentre outros, que supostamente presumem uma maior capacidade de abstração e de domínio da tecnologia. De acordo com o julgamento social, possuem um status mais elevado aqueles profissionais que se enquadram em formações tipicamente masculinas.

Assim, seria impossível uma abordagem destas relações nos campos científico e profissional, sem perceber que existe uma apropriação histórico-social da tecnologia pelos homens, no que diz respeito à sua criação e domínio:

Em diversos postos de trabalho, os homens se apropriam da tecnologia **enquanto conceito**, desenvolveram tecnologias de produção específicas que reivindicaram como direito deles, e que defendem como **domínios masculinos** (...) E a partir da apropriação da esfera tecnológica pelos homens há uma construção social do feminino como incompetente tecnicamente. (Cockburn apud HIRATA, 2002, p.199, grifos da autora)

Menciona Chassot (2003, p.84) que a desigualdade entre os sexos no âmbito do conhecimento científico encontra explicação em pelo menos duas categorias: a histórica e a biológica. Sendo a Ciência humanamente construída, é falível, e, portanto, há possibilidades de ser reconstruída. Se historicamente construiu-se um corpo científico androcêntrico, legitimado através do discurso biologicista que alega a inferioridade da mulher, pode-se reconstruí-lo tendo em vista a igualdade de direitos entre os sexos. Faz-se necessária a consciência de que não existem no âmbito do conhecimento verdades atemporais e absolutas, e assim sendo, os discursos misóginos não devem ser dogmatizados, dando legitimidade social a uma educação excludente.

À guisa de inconclusão: A igualdade ainda com desigualdades

No desenrolar do processo histórico e sócio-econômico, o “ser homem” e o “ser mulher” tem sido delimitado por fronteiras que segregam, nas representações sociais, aquilo que deve ser próprio do feminino e do masculino. Assim ao longo da história, nas mais diversas civilizações, observa-se a presença da divisão sexual de papéis que perpassa o imaginário social. Aos homens tradicionalmente se atribuem características como racionalidade, objetividade, decisão, liderança; enquanto que às mulheres são destinados atributos opostos, como afetividade, intuição e submissão.

Foi construída a noção de que o espaço próprio das mulheres é o privado, ou seja, o doméstico. Em contrapartida as atividades e funções dos homens situam-se na esfera pública. É a partir desta delimitação de domínios para cada sexo que os elementos pressupostos da vida pública são associados ao masculino, como por exemplo, a ciência e a política. Em direção oposta, o feminino é associado aos elementos da vida doméstica, sendo função social das mulheres, sobretudo, dedicarem-se aos afazeres do lar, aos filhos e ao marido. Seguin-

do assim a tradição rousseuniana, ela vive em função do homem, assegurando que este possa desenvolver suas inúmeras atividades fora de casa.

A demarcação sexuada dos espaços sociais fez emergir, dentre outras coisas, a Ciência como um território hegemonicamente masculino. A partir deste fato a crescente presença feminina nos *locus* formais da produção científica e tecnológica, funciona balizada por esta lógica de dominação/subordinação entre os sexos.

Nesta perspectiva, vale ressaltar que os discursos legitimadores destas disparidades entre mulheres e homens constituíram-se em paradigmas dominantes no campo científico. Assim, se hoje as mulheres já participam de todos os níveis educacionais - representando inclusive no Brasil maioria das matrículas no ensino superior (12,8% a mais que o número de homens matriculados) – por outro lado, estas ainda se encontram concentradas em áreas tidas como femininas.

Há no meio acadêmico uma divisão sexual das áreas de conhecimento, esta divisão pode ser percebida por meio da existência de nichos feminizados e masculinizados na universidade. De tal modo a maior participação de mulheres se dá em cursos como Pedagogia, Serviço Social, Enfermagem, dentre outros, que tendo surgido a partir do paradigma do “cuidado” e da assistência, tornaram-se espaços marcadamente femininos. Já os cursos tecnológicos, que requerem um grau diferenciado de abstração e raciocínio matemático (são exemplos a Computação, a Física, a Engenharia, a Matemática) são espaços predominantes do homem. A atribuição da razão ao homem e da sensibilidade à mulher tem determinado até os dias atuais uma educação diferenciada para os sexos, permeada pela coexistência de espaços próprios do feminino e do masculino. Isso tem determinado, dentre outras coisas, uma relação injusta e irracional de subalternização/hierarquização entre as profissões.

Portanto, nota-se que mesmo com a conquista palpável e crescente da educação por parte das mulheres, a hierarquia e relações de dominação de gênero conservam-se. Hoje a mulher brasileira ocupada tem em média 1 ano a mais de estudo que os homens, entretanto continua recebendo menores salários. Segundo dados do IBGE, em 2003, mesmo atingindo níveis educacionais mais elevados, as mulheres ainda ganham menos do que os homens: as mulheres com 4 a 7 anos de estudo ganham 54,9% do rendimento dos homens com o mesmo grau

de escolaridade; e as mulheres com 11 anos ou mais de estudo ganham 58,6% do que os homens ganham.

Percebe-se então que as conquistas são de fato notórias. Contudo, ainda não constituem uma verdadeira igualdade entre os sexos. Se as matrículas femininas são maioria no Ensino Superior, ou se as mulheres já são quase a metade da População Economicamente Ativa (42,7%), deve-se perceber que na universidade estas ainda encontram-se em áreas feminizadas e desvalorizadas. Nos empregos, marcados pela divisão sexual do trabalho, as mulheres ainda ganham menos que os homens e tem menores chances de seguirem carreira num emprego estável.

Percebe-se, então, que mudanças no cenário atual não significam uma efetiva transformação que venha romper com as relações de gênero díspares e hierarquizadas. Houve sim um deslocamento dos limites que segregam os sexos, mas não ocorreu uma real ruptura das fronteiras da desigualdade. É neste ponto que estudos acerca da relação estabelecida entre educação (campo das formações) e trabalho (campo das ocupações), devem ir adiante na tentativa de melhor compreender como os dispositivos culturais influenciam nestes âmbitos.

É difícil mensurar até que ponto as conquistas devem prosseguir para significar uma efetiva relação de igualdade entre mulheres e homens. Todavia, pode-se ter uma noção de como estas conquistas devem ser desdobradas e em que direção: da mesma forma em que se deram todas as outras, através de um longo processo de luta dos movimentos feministas.

THE ORIGINS OF WOMEN'S MARGINALIZATION PROCESS IN THE SCIENCE – A STUDY OF CULTURAL INFLUENCES IN THE THEORIES THAT LEGITIMATE AN UNEQUAL EDUCATION BETWEEN SEXES

ABSTRACT: This paper analyzes the influence of religious culture in feminine marginalization on the Science's construction, taking as reference the participation of women in the education space. The historical marginal position of women in scientific place was legitimated for an intellectual tradition that built an unequal education for each sex. The masculine always was associated to the decision capacity, and the feminine to the sensibility and submission. This theories look for legitimacy in the major religions of occident.

KEYWORDS: Gender; Science; Religion.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Nordestino – Uma invenção do falo: Uma história do gênero masculino (Nordeste 1920/1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003.
- BELLO, J. L. P. O poder da religião na educação da mulher. *Pedagogia em Foco*. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/mulher02.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2004.
- CHASSOT, A. I. *A Ciência é masculina? É sim, senhora!* São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003. (Coleção Aldus 16)
- CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. 7 ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- FERREIRA, A. B. H. *Pequeno dicionário brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1978.
- GAARDER, J. *et al. O Livro das Religiões*. Tradução: Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- IBGE. *Síntese de indicadores sociais 2004/ Mulher*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 10 Maio 2006.
- KULESZA, W. A. *Igreja e educação na Primeira República*. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 07 abr. 2004.
- LINS, D. *Lampião - O homem que amava as mulheres: O imaginário do cangaço*. São Paulo: Annablume, 1997.
- MACIEL, B. *Mulheres Cientistas: a afirmação da diferença?* In: VIII JORNADAS DE FILOSOFIA, I CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE CIENCIA Y SOCIEDAD, Valladolid, 1999. Disponível em: <<http://www.webpraxis.com/bmaciel/>>. Acesso em: 23 mar. 2004.
- MARRY, Catherine. A comparação França-Alemanha sob o crivo das mulheres. In: HIRATA, H.; MARUANI, M. (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade – Homens e Mulheres no mercado de trabalho*. Tradução: Clevi Rapkiewicz. São Paulo: Editora Senac, 2003. (89-100p)
- NIETZSCHE, F. *O Anticristo*. Tradução: Pietro Nassetti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2000.
- PULEO, A. H. *Filosofía, Género y Pensamiento Crítico*. Universidad de Valladolid, 2002. (Colección "Acceso al Saber", Serie Filosofía)
- RIBEIRO JÚNIOR, J. *O que é Positivismo*. 8 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos)
- RIBEIRO, M. L. S. *História da educação brasileira – A organização escolar*. 16 ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2000. (Coleção Memória da Educação).
- ROLKA, G. M. *100 mulheres que mudaram a história do mundo*. Tradução: Marise Chinetti de Barros. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

Albuquerque, Vívian Matias dos S. *As origens do processo de marginalização das mulheres...*

ROUSSEAU, J.-J. *Emílio, ou, Da educação*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção Paideia)

SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHERZBERG, L. *Pecado e graça na teologia feminista*. Tradução: Ilson Kayser. Petrópolis: Vozes, 1996.

SCHIENBINGER, L. *O feminismo mudou a ciência?* Tradução: Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001. (Coleção Mulher)

SCHMIDT, M. *Nova História Crítica: moderna e contemporânea*. São Paulo: Editora Nova Geração, 1996.

SCOTT, J. W. *A Cidadã Paradoxal – as feministas francesas e os direitos do homem*. Tradução: Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.